COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO.

Ano 2012.

PARECER Nº 024/2012.

Projeto de Lei Ordinária de nº CM-005/2012.

RELATÓRIO

Distribuído a esta Comissão, para análise e parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº CM-005/2012, de autoria do nobre Vereador Edson Sousa, que proíbe a apresentação de autoridades públicas municipais em eventos no Município de Divinópolis realizados com recursos públicos.

FUNDAMENTAÇÃO

Após minucioso estudo, no que concerne a iniciativa, a proposição não poderá prosperar, pois fere o artigo 2º, artigo 22,I e artigo 37, caput e §1o da CF.

“A proibição genérica imposta pelo projeto de lei, impede, em última análise, que os agentes políticos municipais participem de acontecimentos importantes da vida municipal e até mesmo que compareçam perante a população para dar publicidade e esclarecer os cidadãos acerca das atividades realizadas pelo Poder Público.

Ao impedir a participação dos agentes políticos mencionados de forma ampla e irrestrita, impedirá, em última instância, que eles participem de acontecimentos importantes da vida municipal e inviabilizará que essas autoridades compareçam perante a população para dar publicidade e esclarecer os cidadãos acerca das atividades realizadas pelo Poder Público.

Sendo assim, a proibição aspirada pelo projeto de lei viola o princípio da publicidade administrativa, consagrado no artigo 37, caput, da Constituição Federal. O Prefeito Municipal os Vereadores e os demais ocupantes dos mais altos cargos da Administração Municipal não podem ser isolados e perder o contato com os habitantes do Município.

É possível inferir, contudo, que o objetivo do projeto de lei não é impedir a participação dos referidos agentes políticos em todo e qualquer evento público. Podemos deduzir que o objetivo efetivo da proposta legal seja impedir que os ocupantes dos mencionados cargos se valham de recursos públicos para realizar eventos destinados não ao atendimento do interesse público, mas sim a sua própria promoção pessoal.

Entretanto, **o problema da promoção pessoal dos agentes políticos é tratado pelo artigo 37, § 1o, da Constituição Federal determina que:**

“Art. 37 (...)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.” (destacamos)

O dispositivo constitucional não veda a presença de autoridades públicas em atos que visem dar publicidade a programas, obras, serviços e campanhas públicas. Pelo contrário, essa publicidade é necessária, é uma decorrência lógica do princípio democrático e é imposta pela Constituição de 1988. O que o texto constitucional veda é a promoção pessoal.

O projeto de lei em análise cria uma vedação excessiva, que extrapola a proibição constitucional, dado que não veda apenas a promoção pessoal, impede também a mera apresentação de autoridades em eventos públicos e, por isso, contraria a disposição constitucional destacada.

Além disso, o projeto de lei, ao contrário da Constituição da República, impõe restrições aos ocupantes de cargos eletivos e Secretários Municipais, mas não proíbe que outros agentes públicos participem de eventos financiados com recursos públicos. Ora, outros funcionários públicos também podem utilizar essas ocasiões para promover seus nomes e ações pessoais. Logo, o projeto de lei cria uma distinção indevida entre agentes públicos que se encontram em situação semelhante, violando o princípio da isonomia, consagrado no artigo 5o, caput, da Constituição da República, que estabelece que todos aqueles em circunstâncias iguais devem receber da lei tratamento igualitário.

Por fim, tendo em vista a elaboração do projeto de lei em ano eleitoral, não é possível deixar de pensar que o objetivo da proposição legal é regular a propaganda eleitoral e a utilização de recursos públicos para a promoção de candidaturas daqueles que já ocupam cargos públicos. O fato de o projeto de lei não fazer referência às campanhas ou às eleições não descaracteriza suas preocupações e fundamentos eleitorais.

Nessa perspectiva, o projeto de lei usurpa competência legislativa da União, dado que cabe à lei federal, nos termos do artigo 22, I, da Constituição Brasileira, tratar de matérias relacionadas com direito eleitoral. Não cabe, portanto, ao Município legislar sobre o tema. Por todo o exposto, concluímos que o projeto de lei apresentado é inconstitucional. A proposta viola o princípio da publicidade administrativa, regulado pelo artigo 37, caput e §1o, da Constituição Federal, fere o princípio da isonomia, previsto no artigo 5o, I, da Lei Maior Brasileira e, por fim, invade competência legislativa da União Federal, contrariando o artigo 22, I, da Constituição da República”.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão declara pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei Ordinária nº CM-005/2012.

Sala das Comissões, 15 de março de 2012.

Gilberto Tavares Machado
Relator

Antônio de Lisboa Paduano Pereira
Presidente

Pastor Paulo César
Membro

Rozilene Bárbara Tavares.
Consultora Jurídica: OAB/MG: 66.289.

Danielle Alves Cordeiro Santos
Estagiária de Direito

(Pesquisa realizada junto ao IBAM-Instituto Brasileiro de Assistência aos Municípios)